

ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA
CONSULTA PRÉVIA PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE
FORNECIMENTO DE SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA E AMBIENTE

PRC/2022/093/SE/PR

CADERNO DE ENCARGOS

novembro de 2022

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual cujo objeto consiste no fornecimento pelo adjudicatário, de Sinalização de Segurança e Ambiente, com observância das especificações técnicas constantes no presente Caderno de Encargos.
2. No **ANEXO I** ao presente Caderno de encargos estão descritas as quantidades estimadas, por item/bem a fornecer, para o prazo de três anos, sem prejuízo do término atempado do contrato caso se atinja o preço contratual máximo de €14.993,48 (*catorze mil, novecentos e noventa e três euros e quarenta e oito cêntimos*).
3. Refira-se que as quantidades são estimadas e não vinculam a Águas do Centro Litoral, S.A., a quaisquer quantidades regulares e ou mínimas mensais ou anuais, nem conferem direito a qualquer pagamento por fornecimento a menos, nem alteração dos preços unitários da proposta.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo adjudicatário;
 - f) O clausulado contratual.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelo contraente público nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3.^a

Prazo contratual

1. O contrato inicia a sua vigência no dia seguinte ao da sua celebração, e vigorará pelo período de 3 (três) anos, ou, até que os pagamentos realizados ao adjudicatário perfaçam o montante de €14.993,48 (*catorze mil, novecentos e noventa e três euros e quarenta e oito centimos*), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, consoante o evento que primeiro ocorrer.
2. O contrato considera-se celebrado com a comunicação da validação dos documentos de habilitação.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.^a

Obrigações do adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do adjudicatário as seguintes:

- a) Obrigação de entrega dos bens cumprindo o caderno de encargos;
- b) Obrigação de garantia dos bens;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico;
- d) Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam em conformidade com as seguintes especificações técnicas:

a) Sinalização de Segurança PVC opaco:

Material: PVC opaco rígido no mínimo com 2mm de espessura.

Impressão: Por serigrafia, com tintas de cor mate, de elevada qualidade e resistentes aos raios UV.

Garantia: 5 anos.

Resistência ao fogo: Não inflamável, Auto-extinguível (ex-classe M1)

Superfície: Anti-estática e de fácil limpeza;

Características químicas: Não radioativo, não tóxico, não contém fósforo nem chumbo.

Cor: Azul ou Amarelo ou Vermelho ou Verde;

Tipo de fixação: Paralelo à parede;

b) Sinalização de Segurança Fotoluminescente:

Material: PVC rígido fotoluminescente de alta intensidade luminosa, no mínimo com 2mm de espessura.

Cor: Azul ou Amarelo ou Vermelho ou Verde;

Tipo de fixação: Paralelo à parede ou panorâmico;

Impressão: Por serigrafia, com tintas de cor mate, de elevada qualidade e resistentes aos raios UV.

Garantia: 5 anos.

Resistência ao fogo: Não inflamável, Auto-extinguível (ex-classe M1)

Superfície: Anti-estática e de fácil limpeza;

Características químicas: Não radioativo, não tóxico, não contém fósforo nem chumbo.

Classificado como “Retardador” na propagação da chama (de acordo com a Norma IEC 60092-101);

Cumprimento da Nota Técnica nº 11 SCIE (ANPC), NP 4386 e NP ISO 16069 e cumprem as Normas Internacionais DIN 67510-4, UNE 23035-4 e ISO 16069. Em condições de estimulação com 1000 lux durante 5 minutos:"

Tempo depois de finalizada a estimulação	Luminância (mcd/m²)
10 minutos	215
60 minutos	30
Valor de Luminância 100 vezes superior ao limiar da percepção da vista humana	Autonomia (minutos)
0.3 mcd/m ²	3100

c) Plantas de Emergência:

PVC rígido fotoluminescente, no mínimo com 2 mm de espessura, com superfície anti estática e de fácil limpeza;

Notas Técnicas nº 11 e nº 22 - SCIE (ANPC), NP 4386;

Não inflamável, auto extingüível (antiga classe de reação ao fogo-M1);

Classificado como “Retardador” na propagação da chama (de acordo com a Norma IEC 60092-101);

Cumprimento das Notas Técnicas nº 11 e nº 22 - SCIE (ANPC), NP 4386, NP ISO 16069 e cumprem as Normas Internacionais DIN 67510-4, UNE 23035-4, ISO 16069 e ISO 23601. Em condições de estimulação com 1000 lux durante 5 minutos:

Simbologia e Cores de acordo com a Norma Portuguesa NP 4386:2014.

As instruções gerais de segurança e legenda serão impressas de acordo com as seguintes opções:

- Português,
- Português e Inglês

Impressão a 4 cores, (preto, vermelho, verde e azul) conforme NP 4386:2014.

Garantia: 5 anos.

d) Sinalização em vinil:

Vinil autoadesivo para identificar tubagens (Seta de fluxo ou descritivo para identificar tubagens). Vinil autocolante opaco de acordo com a norma 182.

- e) O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pelo contraente público, nos termos do “Código de Conduta de Fornecedores” e do próprio sistema de gestão de responsabilidade empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem.
- f) O adjudicatário deve conduzir a sua atividade de forma ética e socialmente responsável e a adotar os princípios e valores éticos do contraente público, assinando para o efeito a Declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores que faz parte integrante do processo patentado a concurso.

Cláusula 5.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

- 1. O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com requisitos mínimos previstos no **ANEXO I** e especificações técnicas constantes no presente caderno de encargos, que dele faz parte integrante.
- 2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- 3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
- 4. O adjudicatário é responsável perante o contraente público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.ª

Entrega dos bens

- 1. Os bens objeto do contrato devem ser fornecidos conforme solicitação prévia, nas instalações da AdCL, nomeadamente:
 - a) Estação de Tratamento de Águas Residuais de Cacia, sito na Rua do Paçal, Cacia, 3800, Aveiro, com as coordenadas: 40°41'19.8"N; 8°35'47.0"W;
 - b) Estação de Tratamento de Águas da Boavista, sito em Avenida Dr. Luís Albuquerque, 3030-410, Coimbra, com as coordenadas: 40°11'19.1"N; 8°25'16.1"W;
 - c) Estação de Tratamento de Águas Residuais de Olhalvas, sito na Avenida da Comunidade Europeia, 2410-099, Leiria, com as coordenadas: 39°44'17.9"N; 8°47'38.5"W.
- 2. A entrega dos bens a fornecer será faseada e deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias,

após cada solicitação da AdCL.

3. Estas solicitações serão realizadas através do envio pela AdCL de mensagem por correio eletrónico com a descrição e as quantidades dos bens a entregar e indicação dos locais de entrega.
4. A AdCL obriga-se a efetuar encomendas de valor mínimo de 50 euros, ficando o encargo referente aos portes de envio da responsabilidade do adjudicatário.
5. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

Cláusula 7.^a

Inspeção e testes de aceitação

1. Efetuada a entrega dos bens, o contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 5 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades solicitadas pelo gestor do contrato e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no Anexo I ao presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos na lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre a validação do material com a ficha técnica do produto que deverá ser entregue no momento da proposta
3. Durante a fase da realização de testes, o adjudicatário deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoa devidamente credenciada para o efeito.
4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 8.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Anexo I ao presente caderno de encargos, o contraente público deve informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo contraente público, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos mínimos técnicos exigidos.
3. Após a realização das alterações ou substituições necessárias pelo adjudicatário no prazo respetivo, o contraente público procede a nova análise, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.^a

Dever de sigilo

1. O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o contraente público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do contraente público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do contraente público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo contraente público, ou por quem atue em representação deste.
6. O adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
7. Mediante solicitação escrita do contraente público, o adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos

números anteriores.

8. O adjudicatário deve comunicar de imediato ao contraente público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o contraente público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
10. Se o adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição accidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o contraente público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o contraente público possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o contraente público:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
12. O adjudicatário obriga-se a ressarcir o contraente público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
13. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo contraente público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 11.ª

Conservação de dados pessoais

1. O adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo contraente público.
2. Dependendo da opção do contraente público, o adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 12.^a

Transferência de dados pessoais

O adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do contraente público, exceto se o adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o contraente público antes de proceder a essa transferência.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 13.^a

Preço máximo contratual

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, o contraente público deve pagar ao adjudicatário os preços unitários contratuais aplicados às quantidades efetivamente fornecidas, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. Os preços unitários contratuais referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte e entrega dos bens, objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço contratual máximo, é de €14.993,48 (*catorze mil, novecentos e noventa e três euros e quarenta e oito cêntimos*).
4. Os preços base unitários, encontram-se definidos no Anexo I do presente Caderno de Encargos, aos quais acresce IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 14.^a

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela contraente público, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato e validação pela AdCL.
3. Em caso de discordância por parte do contraente público quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao adjudicatário, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pelo contraente público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do adjudicatário, devendo, no entanto, o

contraente público proceder ao pagamento da importância não contestada.

5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, devem ser apresentadas até ao dia 4 do mês seguinte a que se referem, conter a menção da respetiva nota de encomenda e as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo adjudicatário.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 15.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo adjudicatário ao contraente público, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. Durante o período transitório estabelecido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, as faturas são emitidas pelo adjudicatário em formato papel, ou preferencialmente em formato PDF certificado, enviadas por email para *f.fornecedores.adcl@adp.pt* (até a data limite do despacho 129/2020–XXII do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (SEAF) e atualizações posteriores, as faturas em PDF são consideradas faturas eletrónicas para todos os efeitos previstos na legislação fiscal).
3. Decorrido o período transitório referido no número anterior e após confirmação pelo contraente público, as faturas eletrónicas a emitir pelo adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Caso o adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> .
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1> .
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIUS .
5. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pelo contraente público não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 16.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelo contraente público, identificado no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o adjudicatário de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 17.^a

Modificação objetiva do contrato

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato não pode ser modificado.

Cláusula 18.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do adjudicatário

1. Além da situação prevista na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do contraente público.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O contraente público deve pronunciar-se sobre a proposta do adjudicatário no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo adjudicatário depende de autorização do contraente público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 19.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do adjudicatário o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens, após solicitação da AdCL, até 10% do valor do contrato;
 - b) Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 10% do valor do contrato;
 - c) Pelo incumprimento da obrigação de continuidade de fabrico e de fornecimento dos bens, até 5% do valor do contrato.
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% do valor global do contrato.
5. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na respetiva entrega tenha determinado a respetiva resolução.
6. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 20.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
 - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza o contraente público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o adjudicatário direito a qualquer indemnização.

Cláusula 21.^a

Resolução do contrato por parte do contraente público

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens por um prazo superior a 30 dias ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;
- 2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo contraente público.

Cláusula 22.^a

Resolução do contrato por parte do adjudicatário

- 1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
- 2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos,

o direito de resolução é exercido por via judicial.

3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 23.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 24.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o contraente público e o adjudicatário relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 25.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Coimbra, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 26.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 27.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES DOS BENS A FORNECER E PREÇOS BASE UNITÁRIOS

conforme ficheiro: ANEXO I_CE_Especificações Técnicas.xlsx

CADERNO DE ENCARGOS - ANEXO I - DESCRIÇÃO E QUANTIDADES ESTIMADAS DOS BENS A FORNECER

Item	Tipo de Sinalização	Dimensões (mm)	Fotografia (meramente ilustrativa)	Especificações Técnicas	Preço-Base Unitário	QTD ESTIMADAS TOTAL (3 anos)
1	Sinal de informação na forma retangular, com texto personalizado	160 (+/- 50) x 55 (+/- 50)	---	Cor: Azul ou Amarelo ou Vermelho ou Verde; Tipo de fixação: Paralelo à parede; Material: PVC rígido opaco	4,90 €	10
2	Sinal de informação na forma retangular, com texto personalizado	200 x 100			5,00 €	6
3	Sinal descritivo ou pictograma personalizado definido ao longo do contrato	300 x 150			8,00 €	6
4	Sinal descritivo ou pictograma personalizado definido ao longo do contrato	400 x 200			12,00 €	6
5	Sinal descritivo ou pictograma personalizado definido ao longo do contrato	600 x 300			20,30 €	3
6	Sinal com pictograma	150 x 150		Cor: Azul ou Amarelo ou Vermelho ou Verde; Tipo de fixação: Paralelo à parede; Material: PVC rígido opaco	2,50 €	200
7	Sinal com pictograma	200 x 200			2,99 €	100
8	Sinal com pictograma	300 x 300			7,25 €	6
9	Sinal com pictograma	400 x 400			11,96 €	6
10	Sinal com descritivo	150 x 150			5,53 €	20
11	Sinal de emergência com pictograma	150 x 150		Cor: Azul ou Amarelo ou Vermelho ou Verde; Tipo de fixação: Paralelo à parede; Material: PVC rígido fotoluminescente	3,50 €	200
12	Sinal de emergência com pictograma	200 x 200			4,50 €	200
13	Sinal de emergência com pictograma	300 x 300			7,25 €	6
14	Sinal de emergência com pictograma	400 x 400			12,00 €	6
15	Sinal com pictograma e descritivo	100 x 150			2,50 €	200
16	Sinal com pictograma e descritivo	150 x 200		Cor: Azul ou Amarelo ou Vermelho ou Verde; Tipo de fixação: Paralelo à parede; Material: PVC rígido opaco,	2,59 €	100
17	Sinal com pictograma e descritivo	200 x 300			4,49 €	6
18	Sinal com pictograma e descritivo	300 x 400			9,72 €	6
19	Sinalização com pictograma e descritivo	400 x 600			17,94 €	6
20	Sinal de perigo com imagem e descritivo	100 x 150		Cor: Azul ou Amarelo ou Vermelho ou Verde; Tipo de fixação: Paralelo à parede; Material: PVC rígido fotoluminescente	3,15 €	200
21	Sinal de perigo com imagem e descritivo	150 x 200			4,00 €	6
22	Sinal de perigo com imagem e descritivo	200 x 300			5,25 €	6
23	Sinal de perigo com imagem e descritivo	300 x 400			11,20 €	6
24	Sinal de perigo com imagem e descritivo	400 x 600			22,40 €	6
25	Sinalização de perigo com imagem - triangular	base 150		Cor: amarelo; Formato: triangular; Tipo de fixação: Paralelo à parede; Material: PVC rígido opaco	2,24 €	50
26	Sinal de perigo com imagem - triangular	base 200			3,00 €	6
27	Sinal de perigo com imagem - triangular	base 300			8,00 €	6
28	Sinal de perigo com imagem - triangular	base 150		Cor: amarelo; Formato: triangular; Tipo de fixação: Paralelo à parede; Material: PVC rígido fotoluminescente	2,63 €	200
29	Sinal de perigo com imagem - triangular	base 200			3,33 €	6
30	Sinal de perigo com imagem - triangular	base 300			6,73 €	6
31	Sinalização de perigo com imagem - triangular	base 150		Cor: amarelo; Formato: triangular; Tipo de fixação: Paralelo à parede; Material: PVC rígido fotoluminescente, Material: Alumínio	9,32 €	30
32	Sinal de perigo com imagem - triangular	base 200			15,00 €	6
33	Sinal através de textos na forma retangular	200 x 100		Cor: Azul ou Amarelo ou Vermelho ou Verde Tipo de fixação: Paralelo à parede; Material: PVC rígido opaco	3,00 €	60
34	Sinalização através de textos na forma retangular	300 x 100 (+/-50)			4,00 €	6
35	Sinalização através de textos na forma retangular	400 x 150 (+/-50)			5,98 €	6
36	Sinal através de textos na forma retangular	200 x 100		Cor: Azul ou Amarelo ou Vermelho ou Verde Tipo de fixação: Paralelo à parede; Material: PVC rígido fotoluminescente	5,00 €	30
37	Sinal através de textos na forma retangular	300 x 100 (+/-50)			6,00 €	6
38	Sinal através de textos na forma retangular	400 x 150 (+/-50)			11,00 €	6
39	Etiquetas adesivas - conjunto de 9 unidades	Ø 60 mm - 9 Unid.		Vinil fotoluminescente, Tipo de fixação: Paralelo à parede	27,00 €	25
40	Etiquetas adesivas - conjunto de 18 unidades	Ø 60 mm - 18 Unid.			45,00 €	25
41	Sinais compostos - Dupla sinalização (com descritivo sob a sinalização)	450 (+/-50) x 300		Tipo de fixação: Paralelo à parede Material: PVC rígido opaco	9,72 €	25
42	Sinais compostos - Dupla sinalização (com descritivo sob a sinalização)	650 (+/- 50) x 450 (+/- 50)			17,94 €	6
43	Sinais compostos - Dupla sinalização (com descritivo sob a sinalização)	900 (+/- 50) x 600 (+/- 50)			43,47 €	6
44	Sinais compostos - Tripla sinalização (com descritivo sob a sinalização)	600 (+/- 50) x 300 (+/- 50)		Tipo de fixação: Paralelo à parede Material: PVC rígido opaco	13,46 €	100
45	Sinais compostos - Tripla sinalização (com descritivo sob a sinalização)	900 (+/- 50) x 400 (+/- 50)			43,47 €	6
46	Sinal para identificação de tubagens	70 x 30(+/-10)		Vinil autoadesivo para identificar tubagens (Seta de fluxo ou descritivo para identificar tubagens) Vinil autocolante opaco de acordo com a norma 182	3,00 €	51
47	Sinal para identificação de tubagens	150 x 60			4,00 €	100
48	Planta de emergência	400(+/- 30) x 300(+/-10)		em caderno de encargos	80,00 €	20
49	Planta de emergência	600(+/- 20) x 400(+/-20)			110,60 €	1

Item	Tipo de Sinalização	Dimensões (mm)	Fotografia (meramente ilustrativa)	Especificações Técnicas	Preço-Base Unitário	QTD ESTIMADAS TOTAL (3 anos)	
50	Planta de emergência	900(+/-65) x 600(+/-20)			245,00 €	1	
51	Sinal para vidros - Sinalização para blocos autónomos	200 x 100	---	Vinil transparente	3,00 €	10	
52	Sinal para vidros - Sinalização para blocos autónomos	300 x 150	---	Vinil transparente	4,00 €	10	
53	Sinal de emergência com pictograma ou descritivo	200 x 100		Cor: verde ou vermelho Tipo de fixação: Paralelo à parede, Material: PVC rígido <u>fatoluminescente</u>	3,00 €	200	
54	Sinal de emergência com pictograma ou descritivo	300 x 150			5,00 €	6	
55	Sinal de emergência com pictograma ou descritivo	400 x 200			9,00 €	6	
56	Sinal através de textos/ descritivo na forma quadrada	100 x 100		Cor: verde ou vermelho Tipo de fixação: Paralelo à parede, Material: PVC rígido opaco	2,38 €	6	
57	Sinal através de textos/ descritivo na forma quadrada	150 x 150			2,73 €	6	
58	Sinal através de textos/ descritivo na forma quadrada	200 x 200			3,43 €	6	
59	Sinal através de textos/ descritivo na forma quadrada	300 x 300			8,05 €	3	
60	Sinal através de textos/ descritivo na forma quadrada	400 x 400		Cor: verde ou vermelho Tipo de fixação: Paralelo à parede, Material: PVC rígido <u>fatoluminescente</u>	13,83 €	3	
61	Sinal através de textos/ descritivo na forma quadrada	100 x 100			3,00 €	6	
62	Sinal através de textos/ descritivo na forma quadrada	150 x 150			3,00 €	6	
63	Sinal através de textos/ descritivo na forma quadrada	200 x 200			4,00 €	6	
64	Sinal através de textos/ descritivo na forma quadrada	300 x 300			8,05 €	6	
65	Sinal através de textos/ descritivo na forma quadrada	400 x 400			13,83 €	4	
66	Sinal de emergência com pictograma - panorâmico	100 (+/-50) x 200		Cor: verde ou vermelho Tipo de fixação: Panorâmico Material: PVC rígido <u>fatoluminescente</u>	8,00 €	10	
67	Sinal de emergência com pictograma - panorâmico	150 x 150			12,00 €	10	
68	Sinal de emergência com pictograma - panorâmico	150 x 300			12,00 €	20	
69	Sinal de emergência com pictograma - panorâmico	200 x 300 (+/-100)			22,00 €	6	
70	Sinal de emergência com pictograma - panorâmico	300 x 400 (+/-200)			35,00 €	6	
71	Sinal de agente extintor	240 (+/-5) x 85 (+/-5)		Cor: vermelho, verde e azul Tipo de fixação: Paralelo à parede, Material: PVC rígido <u>fatoluminescente</u>	4,00 €	35	
72	Sinal de localização de Barra Anti-Pânico	300 x 150		Cor: verde ou vermelho Tipo de fixação: Paralelo à parede, Material: PVC rígido fatoluminescente	7,00 €	3	
73	Sinal de localização de Barra Anti-Pânico	200 x 300			8,00 €	3	